

# A inútil contagem dos picaretas

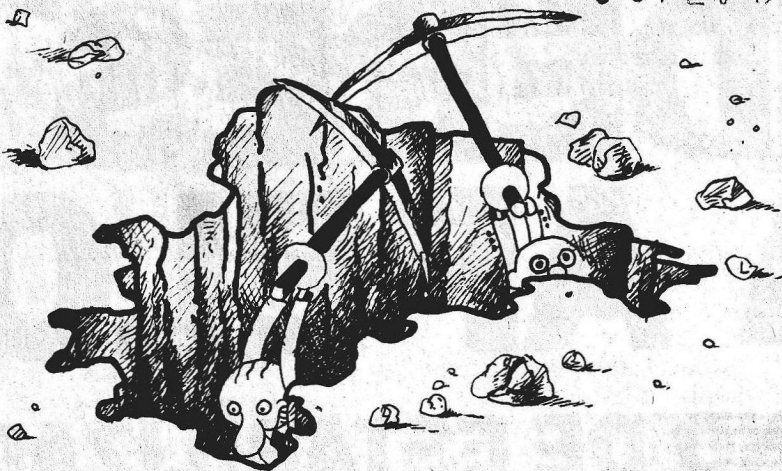
ROLF KUNTZ

08 FEV 1994

Lula calculou em 300 o número de picaretas no Congresso. Como ele nunca definiu a palavra picareta, é difícil testar sua afirmação. Dia a dia, porém, um fato se torna cada vez mais óbvio para quem tinha alguma dúvida: há uma distância inmensurável entre o Parlamento brasileiro e a produção das decisões necessárias ao Estado e à maioria da população. Se picaretagem significar a busca do interesse privado ou local, por meio do uso de recursos públicos; a indiferença em relação aos problemas de governo; a irresponsabilidade em face das consequências de ações oficiais; então Lula talvez tenha sido otimista.

Menos que um indicador de crise moral, essa picaretagem é sintoma do esfacelamento político. Qual a diferença entre os ladrões apontados pela CPI do Orçamento e os honestos deputados que votaram, dia 2, a favor do perdão bilionário aos fazendeiros? Distinção visível, só uma: os primeiros cometeram desonestidades claramente enquadráveis. Desviaram dinheiro, aceitaram propinas, manipularam irregularmente as verbas orçamentárias. Politicamente não há como diferenciar uns e outros. Investidos de função governamental — porque o Congresso, queira-se ou não, é governo —, avançaram sobre os recursos públicos para criar benefícios privados.

O presente financeiro aos tomadores do crédito rural é apenas mais visível do que inúmeras outras decisões semelhantes. Desta vez, 204 deputados votaram a favor de um rombo de US\$ 97 bilhões no Banco do Brasil. Como exageraram, acabaram chamando a atenção. Talvez nunca se saiba quantos senadores poderiam votar da mesma forma. Como a decisão



## O NÓ É MAIS COMPLICADO: COM OU SEM LADRÕES, A CRISE ATINGE O SISTEMA DAS DECISÕES PÚBLICAS.

dos deputados pegou mal, seria necessária uma coragem notável, ou uma cara-de-pau fora do comum, para repetir a aprovação no Senado.

Esse caso é instrutivo também pelas circunstâncias invocadas como atenuantes. Alguns deputados votaram, segundo disseram, sem conhecer o projeto. Um, pelo menos, declarou conhecer o projeto e ter votado, assim mesmo, porque o objetivo era apenas pressionar o governo a rediscutir o crédito agrícola. E se o Senado aprovasse aquela barbaridade? Essa hipótese, mesmo improvável, nunca deveria ser desconsiderada. Isso dá uma idéia de como se concebe a atividade legislativa. A pilhagem, o desinteresse irresponsável e a estupidez podem estar presentes na mesma votação. Assim se produzem decisões de alcance coletivo. No dia seguinte, quinta-feira, quando a imprensa cor-

ria atrás de mais esse escândalo, os parlamentares já estavam noutro lance, cuidando de aumentar os próprios vencimentos.

Nenhum grande problema se resolve, portanto, com a cassação de 18, 20 ou 30 ladrões. A principal diferença entre estes e a maioria dos outros está nos métodos, não na forma de entender a vida política. Um honesto procurador de interesses privados, locais ou regionais nunca será um deputado ou senador muito melhor do que um assaltante qualquer. Será mais decente, se julgado em termos da lei ou da moral comum, mas não produzirá decisões legislativas de melhor qualidade.

Tem-se gasto muito tempo com a discussão dos problemas morais, como se o destino do País dependesse da caça aos ladrões. Confinar os assaltantes é recomendável para o bem-estar da sociedade, mas — este é o

problema — de que sociedade? Quando se trata de resolver problemas fundamentais da vida coletiva, já não se sabe de que sociedade se está falando. Em nome de quem estão agindo os parlamentares, quando travam as decisões a respeito do ajuste fiscal? Se o plano proposto pelo Executivo é ruim, e se o Congresso tem poderes para alterá-lo, por que não tenta fazê-lo? Se o projeto de Fernando Henrique Cardoso era insuficiente, a fórmula produzida pela comissão especial da Câmara é uma piada. Embutir nos cálculos US\$ 1,2 bilhão de reestimativa de receita da Cofins, US\$ 0,6 bilhão de combate à sonegação e US\$ 0,9 bilhão de venda de participações do BNDES é brincadeira. Se havia risco nas projeções do Executivo, os parlamentares trataram de multiplicá-lo. Por que tudo isso? Simplesmente para manter intactas as transferências constitucionais a governadores e prefeitos. Afinal, como poderiam dispensar esses recursos num ano de eleições?

O Brasil estaria muito bem, se os seus problemas de governo se resolvessem com a cassação de alguns assaltantes. Mas o nó é mais complicado: com ou sem ladrões, a crise atinge o sistema das decisões públicas. O mecanismo de solução de problemas está travado. Esta é a questão mais assustadora, para quem se preocupa com a sobrevivência da democracia. A revisão constitucional é bom momento para pensar nisso.

O AUTOR

Rolf Kuntz  
é prof. do  
Departamento  
de Filosofia  
da USP

